

# Supermercados querem repor margem de lucro

LEDICE ARAUJO

Os donos de supermercados não estão dispostos a atravessar mais uma semana sob o controle da Portaria 193, que liberou os preços na indústria e no atacado, sacrificando as margens de lucro do varejo. Nas negociações com a nova equipe econômica, eles pedirão a revogação imediata da portaria, que não surtiu os efeitos desejados: os preços do fornecedor subiram em até 66%. E como saída transitória para o descongelamento, sem riscos de grandes aumentos, vão defender a volta do sistema Custo, Lucro e Despesa (CLD) para fixação dos preços máximos de venda.

A proposta vem sendo defendida também pelo setor varejista de eletrodomésticos, que convive com a alta dos preços da indústria e a pressão dos fiscais da Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços (Sunab) nas lojas.

Para o retorno da fórmula CLD, o Governo teria que ressuscitar o sistema do antigo Conselho Interministerial de Preços (CIP), que estabelecia os aumentos para a indústria. Sobre estes valores é que os varejistas fixavam os preços ao consumidor.

Se forem considerados os mes-

mos parâmetros da última Portaria da Sunab (nº 78 de julho de 1989), fixando a fórmula CLD para 104 produtos, as margens de lucro para os supermercados variariam entre 4% (açúcar) a 19% (lâmpadas e fósforos). As vendas nas lojas de eletrodomésticos, regulamentadas pela Portaria 72, permitiam margens entre 18% (televisores e vídeos) e 30% (aquecedores elétricos). A dificuldade de sua aplicação agora seria quanto aos juros (em torno de 18%), que a indústria passou a embutir nos preços.

O Diretor Comercial da Garson, Paulo Kresch, é de opinião que esta etapa transitória, além de dar aos varejistas a possibilidade de compra, evitaria a explosão inflacionária, pois o mercado não está aquecido e o consumidor não compra mais por qualquer preço. Ele considera que, numa primeira etapa, a CLD seria uma alternativa para o descongelamento.

— O setor precisa é de margem para trabalhar — frisou.

Venâncio Velloso, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados, também defende a economia de mercado em todos os segmentos, mas reconhece que, no caso dos 60 itens básicos da tabela com preços represados no varejo, poderia haver uma alta, prejudicial ao controle da inflação.